

## GOVERNO

# Acusados ganham licitação

Alvo de processo por fraude, empresa de militares da reserva vence concorrência para reforma em prédio da Marinha

» JORGE VASCONCELLOS

A Marinha do Brasil concluiu uma licitação em dezembro e vai pagar quase R\$ 800 mil a uma empresa pertencente a dois oficiais da reserva do Exército que respondem a processo na Justiça Militar da União (JMU). Eles são acusados de corrupção, fraude em licitações, estelionato e crimes contra o dever funcional e a administração militar.

Com uma proposta de R\$ 778.026,92, a Red Tech Empreendimentos Ltda foi a vencedora da Tomada de Preços nº 15/2021, do Comando do 1º Distrito Naval, situado no centro da cidade do Rio de Janeiro. O edital da licitação foi lançado em 5 de novembro, para a contratação de serviços de reforma do sistema predial de esgoto e do piso da cozinha do restaurante da organização militar.

A Red Tech Empreendimentos Ltda, sediada em Niterói (RJ), foi aberta em 12 de julho de 2012 e tem como sócios-administradores Eduardo Campos Sigilliano e Renato de Castro Longo Furtado. Ambos estão na reserva do Exército, no posto de 1º tenente.

Em 2015, os dois empresários foram indiciados no Inquérito Policial Militar (IPM) nº 58-65.2015.7.04.0004/MG, que apurou indícios de fraudes em licitações no 4º Depósito de Suprimentos do Exército (4º DSUP), localizado em Juiz de Fora (MG).

Ao todo, oito oficiais e um sargento foram indiciados, inclusive o então comandante e ordenador de despesas do 4º DSUP, coronel Ricardo Medrado de Aguiar; e o subchefe da organização militar à época, tenente coronel Orlando Fortes da Costa. Este último também ocupava as funções de chefe do Centro de Operações e Suprimentos e de chefe da Seção de Inteligência.

Segundo as investigações, os

Marinha do Brasil/Divulgação



Comando do 1º Distrito Naval (RJ): empresa venceu licitação com oferta de R\$ 778 mil

crimes foram cometidos com a participação de empresas que firmaram contratos com o 4º DSUP, entre as quais a Red Tech Empreendimentos Ltda. Também foram indiciados os responsáveis por três outras empresas que participavam do esquema. Sete anos depois, a Red Tech acaba de vencer a licitação no Comando do 1º Distrito Naval.

Em 19 de abril de 2018, o Juízo da Auditoria da 4ª Circunscrição Judiciária Militar (CJM) recebeu a denúncia do Ministério Público Militar (MPM) contra os acusados e instaurou a Ação Penal Militar (APM) nº 7000027-18.2018.7.04.0004.

Conforme o processo, os acusados "montaram, organizaram e executaram peculiar esquema criminoso de fraudes em licitações e em contratações

realizadas no âmbito do 4º DSUP, mediante o favorecimento de licitantes, a utilização do expediente fraudulento denominado 'química', a frustração do caráter competitivo dos certames, a utilização de documentos falsos, a corrupção ativa e o superfaturamento, visando à obtenção de vantagens ilícitas em detrimento do patrimônio sob a Administração Militar".

## Vantagem

Durante a tomada de preços realizada pelo Comando do 1º Distrito Naval, a Red Tech Empreendimentos Ltda se beneficiou com a inabilitação da única concorrente — a Genesis Engenharia, Manutenção e Construtora Ltda. Os organizadores consideraram que ela não atendeu todos os requisitos do edital.

A empresa inabilitada, então, entrou com um Recurso Administrativo na tentativa de reverter a decisão. Porém o Comando do 1º Distrito Naval indeferiu o recurso e marcou para 14 de dezembro a abertura dos envelopes de propostas de preços. Nesse dia, a Red Tech Empreendimentos Ltda venceu o certame com a proposta de R\$ 778.026,92.

Em 22 de dezembro, o capitão-de-mar-e-guerra Alexandre Daudt dos Reis, ordenador de despesas do Comando do 1º Distrito Naval, homologou a licitação em favor da Red Tech Empreendimentos Ltda, abrindo o caminho para a assinatura do contrato.

O Correio entrou contato com a Assessoria de Imprensa do Comando do 1º Distrito Naval, mas não houve retorno com os esclarecimentos.

## Processo militar

Nove fardados e quatro empresas foram arrolados por suspeita de fraude

Ministério da Defesa/Comando da Marinha/Comando de Operações Navais/1º Distrito Naval  
publicado em: 23/12/2021

AVISO HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO

TOMADA DE PREÇO Nº 15/2021

engenharia para reforma do sistema predial de esgoto e do piso da cozinha do rancho do Comando do Primeiro Distrito Naval, situado na Praça Mauá, nº 65, Centro, Rio de Janeiro - RJ, com a finalidade de sanar os problemas de esgotamento das águas residuais e garantir a instalação de um revestimento apropriado para pisos de cozinhas industriais, Homologado e Adjudicado, em 22 de dezembro de 2021, o Processo Administrativo nº 620º/CPF/CNPJ OCULTO\*\*, na modalidade Tomada de Preços nº 15/2021, para que se produza os devidos efeitos legais e jurídicos. Assim, nos termos da legislação vigente, fica o presente processo Homologado e Adjudicado em favor de RED TECH EMPREENDIMENTOS LTDA, pelo valor global de R\$ 778.026,92 (setecentos e setenta e oito mil vinte e seis reais e dois centavos).

2T (IM) MARCOS FELLIPE ALVES DE ALMEIDA

Presidente da Comissão de Licitação

A Tomada de Preços nº 15/2021 foi homologada pelo Comando do 1º Distrito Naval em 22 de dezembro

1ª CJM, para a Auditoria da 4ª CJM.

A Denúncia baseou-se no IPM nº 58-65.2015.7.04.0004/MG, instaurado no âmbito da 12ª Circunscrição de Serviço Militar (12ª CSM), em Juiz de Fora/MG, para apurar a notícia de ilícitos no emprego de verbas públicas, supostamente perpetrados por militares do 4º Depósito de Suprimentos do Exército (4º DSUP), naquela cidade.

Os acusados, Oficiais do Exército, em sua maioria, teriam cometido, em tese, fraudes em licitações e corrupção, em concurso com empresários, os quais realizaram contratos com a referida OM. As seguintes sociedades empresariais

são mencionadas: C&S Soluções em Suprimentos Eirelli - EPP; Femar Construções Ltda; Red Tech Empreendimentos Ltda; Reobot Comércio e Serviço Eirelli - EPP (Nome Fantasia: Reobot Comercial); e JSRC Empreendimentos Eirelli - ME.

Trecho da Ação Penal Militar (APM) nº 7000027-18.2018.7.04.0004, que tem a Red Tech Empreendimentos Ltda entre os alvos

No curso da investigação, o Parquet requereu medidas cautelares de busca e apreensão, de afastamento do sigilo das comunicações telefônicas e dos dados bancários dos investigados. As providências foram deferidas pelo Juízo da Auditoria da 4ª CJM. A reunião dos elementos indiciários ensejou o oferecimento da Denúncia em desfavor dos mencionados militares.

Consta da narrativa acusatória que os acusados montaram, organizaram e executaram peculiar esquema criminoso de fraudes em licitações e em contratações realizadas no âmbito do 4º DSUP, mediante o favorecimento de licitantes, a utilização do expediente fraudulento denominado "química", a frustração do caráter competitivo dos certames, a utilização de documentos falsos, a corrupção ativa e o superfaturamento, visando à obtenção de vantagens ilícitas em detrimento do patrimônio sob a Administração Militar.

Ação Penal Militar (APM) nº 7000027-18.2018.7.04.0004 detalha como agiam a Red Tech Empreendimentos Ltda e outras empresas do esquema

## INTERFERÊNCIA

# Lewandowski pede investigação contra Bolsonaro

» LUANA PATRIOLINO

Crédito: Nelson Jr/Sco/STF



Lewandowski: envio à PGR é praxe, a fim de verificar se há indícios para abertura de inquérito

O ministro Ricardo Lewandowski, do Supremo Tribunal Federal (STF), enviou à Procuradoria-Geral da União (PGR) um pedido para que o presidente Jair Bolsonaro (PL) seja investigado por suposta intimidação de servidores da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa).

Os técnicos do órgão relataram ameaças poucos dias após Bolsonaro afirmar que divulgaria os nomes dos responsáveis pela aprovação da vacinação infantil contra a covid-19. A solicitação atende a um pedido do deputado federal Reginaldo Lopes (PT-MG) que aponta o delito de incitação ao crime, previsto no Código Penal, por parte de Bolsonaro.

"Quando o noticiado (Bolsonaro) afirma que irá divulgar os nomes dos servidores públicos, ele sabe, pois vem do ambiente político, que não se tratará de debate político e, sim, pessoal daqueles servidores. Deixa de ser a Anvisa a passar pelo escrutínio social e passam a ser seus servidores", disse o pedido do parlamentar.

Na avaliação do advogado Philippe Benoni, especialista em direito penal, para que Bolsonaro seja investigado pelo crime, seria preciso ter evidenciado ainda mais a intenção de atingir os técnicos. "O que interessa para a tipificação do delito de incitação ao crime, previsto no art. 286 do Código Penal, é o dolo. Ou seja, para se caracterizar o crime, é necessário que a incitação seja dirigida à prática determinada conduzida de certa de infração penal, não se configurando o delito quando ocorrer

uma incitação vaga, imprecisa ou genérica", ressalta.

Assim que Bolsonaro defendeu a divulgação dos nomes dos diretores da Anvisa, a própria agência divulgou uma nota na qual se disse alvo de "ativismo político violento". Ainda há outro pedido de investigação, feito pelo senador Randolfe Rodrigues (Rede-AP), que está sob a relatoria do ministro do STF Alexandre de Moraes.

Pela Constituição, cabe ao

Ministério Público analisar pedidos de apuração de delitos e, se encontrar indícios de irregularidades, propor a abertura de inquérito.

## E-mails ameaçadores

A Anvisa passou a ser alvo de ameaças e intimidações após anunciar a aprovação da vacina Pfizer para crianças de 5 a 11 anos. Diretores e técnicos relataram e-mails ameaçadores, após

o presidente Jair Bolsonaro (PL) afirmar que divulgará o nome dos responsáveis pela aprovação da imunização infantil.

Por conta do episódio, a Polícia Federal anunciou a abertura de inquérito para investigar as ameaças. O procurador-geral da República, Augusto Aras, também enviou um ofício ao presidente da Anvisa, Antonio Barra Torres, afirmando que determinou a "adoção de providências" para "assegurar



**Quando o noticiado (Bolsonaro) afirma que irá divulgar os nomes dos servidores públicos, ele sabe, pois vem do ambiente político, que não se tratará de debate político e, sim, pessoal daqueles servidores. Deixa de ser a Anvisa a passar pelo escrutínio social e passam a ser seus servidores"**

**Trecho do pedido que motivou o ministro Lewandowski a requerer investigação contra o presidente da República. A ação é de autoria do deputado federal Reginaldo Lopes (PT-MG)**

a proteção" dos servidores.

Não é a primeira vez que integrantes da Anvisa sofrem intimidação. Em novembro, logo no início da discussão sobre a vacinação de crianças, o diretor-presidente da agência, Antônio Barra Torres, relatou que os servidores e terceirizados receberam e-mails com ameaças de morte, caso a instituição aprovasse o uso do imunizante para a faixa etária. Ele pediu proteção das autoridades.

>> DEU NO

www.correioabraziliense.com.br

## Allan e Camargo brigam na rede

O blogueiro Allan dos Santos e o presidente da Fundação Palmares, Sérgio Camargo, trocaram ofensas nas redes sociais devido às críticas recentes do ideólogo Olavo de Carvalho ao governo. Santos saiu em defesa do guru do bolsonarismo após ele ser criticado por Camargo. Enquanto o blogueiro qualificou Camargo de "moleque", o integrante do governo o chamou de "oportunista fracassado". A discussão aconteceu via Telegram, pois Santos teve as contas suspensas em outras plataformas.

## Teich lamenta politização

Nelson Teich, ministro da Saúde do governo Bolsonaro em 2020, publicou um vídeo no qual afirma que "o certo" é vacinar crianças entre 5 e 11 anos contra a covid-19. "Como sempre, a gente acaba tendo uma politização, e isso é muito ruim para a sociedade e para as crianças", declarou. O ex-ministro ainda apresentou dados sobre a imunização e a possibilidade, rara, de ocorrência de miocardite (um tipo de inflamação cardíaca) por causa da vacina.